

O Manifesto

Em vista do momento político brasileiro, consideramos que seria erro imperdoável, perseguir objetivos comuns por caminhos diferentes. A persistência deste equívoco serve ao arbítrio e não a causa da liberdade.

Queremos o imediato restabelecimento de uma ordem jurídica democrática. Lutamos pela devolução ao povo de seu inalienável direito de eleger, pelo voto direto e secreto, os seus governantes e representantes. Queremos a revogação da legislação de exceção. Defendemos a anistia política. Ampla, generosa, traduzida num gesto de paz e de compreensão, indispensável para legitimar a eleição popular de uma Assembleia Constituinte.

Lutamos pelo fim do arbítrio. Entendemos que democracia relativa é um eufemismo para manter o povo afastado do processo político. Sabemos, e temos denunciado, que a restauração das liberdades democráticas é condição para que se corrijam os abusos cometidos contra os interesses do povo.

Estamos conscientes de que democracia política e democracia social são termos da mesma equação; sem democracia política não haverá democracia social.

A batalha definitiva, a luta fundamental contra a iniquidade e a injustiça, passa, assim, pela restauração dos direitos políticos dos brasileiros. E, sem uma decisiva mobilização popular, de baixo para cima, que comece por uma tomada de consciência da própria sociedade em defesa da democracia, qualquer tentativa concreta de correção dos desníveis sociais e regionais, será infrutífera.

Estamos unidos na luta pelos direitos do povo. Coerentemente, denunciaremos o "chaguismo" como uma doença. Aliados no plano federal contra o regime de exceção, seríamos incoerentes, não condenássemos, no plano estadual o adesismo ao regime do grupo que comanda o MDB local, a serviço do autoritarismo, da manutenção do arbítrio e das políticas que contrariam os interesses nacionais.

O povo deste Estado esteve, sempre, na linha de frente na luta pelas liber-

dades públicas. Compreenderá, por isso, que votar no "chaguismo" é trair a democracia.

É preciso restaurar no Estado do Rio de Janeiro o sentido do voto. A maioria que ganhou o Governo estadual não representa o sentimento popular. Do ponto de vista objetivo, "chaguismo" é o arbítrio. Não tem compromissos com a democracia. Nem a extinção do arbítrio, que o favorece.

No Estado do Rio de Janeiro, o sr. Chagas Freitas é o sr. Francelino ou o sr. Paulo Maluf. Não soma, portanto, na luta pela democracia. Aliado do autoritarismo com ele se confunde, e a sua projeção no cenário estadual.

O MDB é a oposição. O "chaguismo" é o adesismo confessado. Não queremos equívocos. Queremos democracia. Não queremos o "chaguismo", contrafação dos interesses populares. Votar nos chaguistas é votar com o regime.

Queremos a democracia. Condenamos a mistificação. Queremos a liberdade. É fundamental que o povo repudie os que se valem de uma legenda de luta para servir a um regime autoritário destinado a manter a iniquidade. Esta a distinção necessária. Dela vai depender o seu futuro e o da democracia.

Estamos unidos. Para oferecer ao povo uma alternativa politicamente válida. Apoiaremos os candidatos não comprometidos com o "chaguismo". E os indicaremos, de porta em porta, nas praças e nas ruas. A condição que eles assumem um único compromisso — o de lutar, denodadamente, pela democracia e pela extinção do arbítrio.

O Estado precisa readquirir sua importância no cenário da República. Sem o adesismo "chaguista" e sem o adesismo incondicional dos arenistas. Iremos juntos nesta pregação cívica pedir o seu voto pela plenitude democrática. Lutaremos para evitar que o povo seja iludido. Queremos a vitória; mas a verdadeira, nunca a falsa. Começamos hoje a organizar no Estado a resistência democrática. Até a vitória final.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1978.

Senador Roberto Saturnino Braga —
Raphael de Almeida Magalhães